



“Acabava com todas as zonas francas”

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnoticias.pt

Numa opinião muito pessoal, como deixa expresso, o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) entende que, no contexto actual, as praças financeiras com vantagens fiscais deveriam ser todas extintas, isto porque são usadas mais para fraude e evasão fiscal do que, realmente para o desenvolvimento dos territórios onde são criados. António Domingues de Azevedo não faz distinção, ou seja, no mesmo saco está também a da Madeira.

“Provavelmente os madeirenses não vão gostar de ouvir isto, mas acho que não faz sentido manter-se as zonas francas”, atira quando questionado sobre o tema. “Hoje, estas têm-se constituído muito mais zonas francas como refúgios de fraudes complexas, do que como factores de desenvolvimento das regiões onde são criadas”. E reforça: “Se hoje acabássemos com a Zona Franca da Madeira, acho que ela não teria praticamente reflexos nenhuns no desenvolvimento da economia. Mas eu não sou madeirense e não conheço esta realidade, é uma convicção que tenho sobre este aspecto, e até aceito que possa ter alguma limitação na leitura que faço.”

Sem se deter, explica: “Mas, o espírito em que elas foram criadas, que era serem factores de desenvolvimento, de concentração de financiamento e de capitais nessas regiões, deixou de ter esse impacto. As zonas francas funcionam muito mais como paraísos fiscais, em situações que nada têm a ver com essas regiões, do que em investimentos que venham a ajudar. Por isso, sou sincero, eu acabava com todos os paraísos fiscais, todos os ‘offshores’ que existem na comunidade europeia e, se tivesse a oportunidade, de todas as que existem no mundo”.

Baixar impostos só com condições
Polémico e sem meias-palavras, Domingues Azevedo aceitou ainda

comentar as críticas feitas ao Governo Regional da Madeira por não aproveitar a Autonomia conquistada para baixar impostos, acompanhando as medidas do Governo central. “A Autonomia é um termo muito caro para mim, mas tem que ter não só intensidade gráfica como a correspondente expressão prática”, elogia, não sem apontar que há “parâmetros onde deve imperar o valor nacional e a Autonomia ceder quando necessário, como o caso da guerra”.

Neste caso das críticas a Alberto João Jardim, “não vejo mal absolutamente nenhum nessa posição, mesmo porque os últimos acontecimentos nos países árabes devem

BASTONÁRIO DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS ABORDA TEMAS ‘QUENTES’



Domingues de Azevedo aceita que o Governo de Jardim não baixe os impostos.

colocar-nos perante a reflexão de que o mundo evoluiu de tal forma surda em que foram esquecidos alguns valores e as pessoas sentem-se com direitos adquiridos perante esse mundo”, introduz.

A grande questão é “se é possível continuarmos a viver no ritmo que até hoje vivemos”, questiona. “Tenho dúvidas que, pelo menos no mundo europeu, se continue a viver ao ritmo actual. Não se acatou acordos, principalmente as consequências na deslocalização de determinados sectores de actividade, acabando por criar desequilíbrios de natureza económica e que acabam por ser aliciantes para a fuga dos postos de trabalho de capital intensivo, que a Europa não soube criar”.

Isto para dizer que não é possível ‘fazer omeletes sem ovos’, ou seja, que “não sendo possível todos viverem ao mesmo nível de vida e Portugal, tal como outros países, tendo vivido acima das suas possibilidades, é necessário avaliar que o muito que demos hoje se poderemos pagar, amanhã, com custos muito mais elevados”. Daí que saliente que “a Autonomia da Madeira terá de ter em consideração se é possível e é sustentável (baixar impostos) e se esta decisão não vá trazer dissabores maiores no futuro”, destaca. “Se isso for consequência de disponibilidade económica, acho maravilhoso que se faça, dentro do risco controlável. Mas temo de ver até onde vai e quanto custará no futuro”.

Domingues de Azevedo criticou ainda a “imoralidade” das contas da Portugal Telecom, que “lucrou 6 mil milhões de euros e não pagou nem um tostão de mais valias, aproveitando um subterfúgio da lei”. É algo que “não é ilegal mas imoral”. Questões do género que, tal como a criação de mais impostos e não garantia do retorno aos empresários dos investimentos feitos, acabam por contribuir para um dos grandes males da sociedade portuguesa, a fraude e a evasão fiscal, à qual contribuem, por exemplo, as zonas francas.

“PROFISSIONAIS OSTRACIZADOS” MAS CIENTES DO SEU PAPEL E DO “INTERESSE PÚBLICO” DAS EMPRESAS

Os TOC, “desde há muito tempo, têm sido uma espécie de profissionais ostracizados relativamente à importância e potencialidades que têm de poderem resolver, de uma forma simples, o que sendo resolvido no momento certo, é simples, mas que não o sendo torna-se complexo e difícil”, assume Domingues Azevedo, face ao papel dos Técnicos Oficiais de Contas no contexto actual de crise.

Por outras palavras, “sempre houve

uma conceptualização, errada no meu entender, que as empresas eram pertença dos seus donos e, porquanto a sua gestão ou a importância da sua sobrevivência, dizia respeito a estes e não propriamente a uma concertação ou equilíbrio social necessários”, analisa o Bastonário. “Hoje, as pessoas têm a consciência mais aprofundada de que, surgindo naturalmente da iniciativa dos empresários e com o objectivo de garantir a rentabilidade dos

capitais dos seus donos, as empresas são elementos sociais de grande riqueza no que toca à estabilidade social e de criação de riqueza nacional. Por isso, depois de criadas as empresas deixam de ter um interesse exclusivamente particular dos seus proprietários e passam a ter associado um interesse de natureza pública”, acredita. Domingues Azevedo acredita que os governos e as entidades públicas têm de ter um papel regulador

quanto ao papel das empresas na sociedade, à qual os TOC’s desempenham um papel de interpretação dos dados e de aconselhadores para a melhor gestão das empresas, uma vez que os empresários, em grande maioria, não têm conhecimento aprofundado da legislação. “Somos profissionais imprescindíveis e inevitáveis para o bom funcionamento das empresas e da sociedade, daí o interesse público em reconhecer o nosso papel”, conclui.